

BRASIL NECESSITA DE PROJETO DE ESTADO NACIONAL, SOBERANO E POPULAR

Processo democrático de construção do Estado Nacional é longo e pode nos levar a caminhos imprevisíveis.
Por Pedro Augusto Pinho, [página 2](#)

BIQUÍNI, CRIME E O GROK, A 'INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DE ELON MUSK

Uso do Grok, ferramenta de IA do X/Twitter, de Musk, para gerar imagens sexualizadas de biquíni – ou sem – levanta debate sobre quem controla IA. Por Marcos de Oliveira, [página 3](#)

BNDES: R\$ 1,98 bi para construção de embarcações em Navegantes

A Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda. Construirá seis embarcações híbridas de apoio marítimo à produção offshore de petróleo e gás. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinará financiamento no valor de R\$ 1,981 bilhão. O anúncio foi feito nesta quarta-feira, no Estaleiro Navship Ltda, em Navegantes, Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí (SC), pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em cerimônia com a presença da diretora de Infraestrutura e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa.

A Bram pertence ao grupo norte-americano Edison Chouest, de capital fechado, com presença no Brasil desde 1991. Atualmente, é a maior companhia de apoio offshore do país, operando uma frota de 77 embarcações. Seu foco principal é o afretamento de embarcações para suporte às operações de serviços auxiliares em plataformas de petróleo e gás natural. A carteira de clientes da Bram inclui as principais empresas do setor de óleo e gás no Brasil, com destaque para a Petrobras. [Página 5](#)

J&J lucrou US\$ 26,804 bi em 2025, alta de 90,6%

A farmacêutica norte-americana Johnson & Johnson (J&J) teve lucro líquido de US\$ 26,804 bilhões em 2025, aumento de 90,6% em relação ao ano passado. As vendas totalizaram US\$ 94,193 bi, aumento de 6%, incluindo um aumento do mesmo valor no faturamento, para US\$ 60,401 bilhões, e de 6,1% para a divisão MedTech, para US\$ 33,792 bi. As vendas nos EUA foram de US\$ 53,752 bi, um aumento de 6,9%, e no resto do mundo US\$ 40,441 bi, aumento de 5%. Só no quarto trimestre, a empresa lucrou US\$ 5,116 bi, aumento de 49,1%, enquanto o faturamento cresceu 9,1%, para US\$ 24,564 bi.

Segundo a Europa Press, para 2026, a multinacional prevê vendas totais entre US\$ 100 bi e US\$ 101 bi. Além disso, espera registrar um lucro por ação ajustado e diluído entre US\$ 11,43 e US\$ 11,63. “O ano de 2025 foi decisivo para a J&J, graças ao impulso do portfólio e da linha de produtos mais sólida da nossa história”, afirmou o presidente e diretor-executivo da J&J, Joaquín



Dívida com cartão leva banco a ser liquidado

Por não efetuar os pagamentos devidos à operadora de cartão de crédito Mastercard pesou na decisão do Banco Central decretar a liquidação da Will Financeira, instituição controlada pelo Banco Master, também liquidado pelo BC, que vem operando sob Regime Especial de Administração Temporária (Raet) desde novembro de 2025.

O Fundo de Garantia de Créditos (FGC) está anunciando R\$ 6,3 bilhões em garantia a investimentos em banco liquidado. O dono do Master, Daniel Vorcaro, é um dos controladores da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, nome

oficial do Will Bank.

O BC constatou, no último dia 19, “o descumprimento pela Will Financeira da grade de pagamentos com o arranjo de pagamentos Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos e o consequente bloqueio de sua participação nesse arranjo.” Segundo a autoridade monetária, entre as medidas previstas está a indisponibilidade dos bens dos controladores e dos ex-administradores da instituição. Clientes da Will Financeira devem manter os pagamentos das dívidas no prazo e acompanhar os comunicados oficiais, segundo orientação de especialista.

Com a liquidação extrajudi-

cial, o Banco Central tira a empresa do mercado. A partir disso, ela deixa de operar e as aplicações congelam. Então, um liquidante é nomeado para avaliar a situação. Liderado pelo Banco Master, o conglomerado detinha 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

“Na ocasião da decretação da liquidação extrajudicial do Banco Master, entendeu-se adequada e aderente ao interesse público a imposição do Raet ao Master Múltiplo S/A, ante a possibilidade de uma solução que preservasse o funcionamento de sua controlada Will Financeira”, justificou o BC.

Parlamento Europeu denunciará acordo com Mercosul no TJUE

Proposta, promovida pela esquerda, foi aprovada com 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções

O plenário do Parlamento Europeu decidiu nesta quarta-feira, por uma diferença de apenas dez votos, denunciar o acordo UE-Mercosul perante o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) devido a dúvidas sobre sua compatibilidade com o direito comunitário, o que, na prática, suspenderá o processo de ratificação do pacto, mas não necessariamente sua aplicação provisória, que depende da Co-

missão Europeia.

A proposta de solicitar um parecer jurídico ao Alto Tribunal Europeu, promovida pela esquerda europeia, foi aprovada com 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções; enquanto uma segunda iniciativa semelhante, desta vez apoiada pela extrema direita dos Patriotas pela Europa, foi rejeitada por 225 votos a favor, 402 contra e 13 abstenções.

A Comissão Europeia, cuja presidente, Ursula von der Leyen, viajou no domingo passado ao Paraguai para assinar o acordo comercial e o defendeu nesta

quarta-feira perante o plenário como um momento histórico, limitou-se a dizer após a votação que lamenta a decisão e que analisará a situação antes de se pronunciar mais detalhadamente.

O porta-voz comunitário para o Comércio, Olof Gill, disse em uma coletiva de imprensa que, aos olhos de Bruxelas, a motivação do Parlamento Europeu para recorrer ao TJUE “não é justificada”, uma vez que foram tomadas medidas a nível europeu para atender às preocupações e dúvidas apontadas pelos eurodeputados.

EUA são ‘os únicos capazes de proteger a Groenlândia’

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nesta quarta-feira que os Estados Unidos (EUA) são “o único país capaz de proteger a Groenlândia” diante das crescentes tensões geopolíticas em nível mundial e pediu a abertura de negociações para comprar o território, que descreveu como um “grande pedaço de gelo”.

Durante sua intervenção no Fórum Econômico Mundial, que está ocorrendo na cidade suíça de Davos, o magnata nova-iorquino descartou o uso da força, mas lamentou a “falta de gratidão” da Dinamarca em relação ao assunto.

“Devíamos tê-la ficado com ela após a II Guerra Mundial”, afirmou, ao mesmo tempo que explicou que os EUA “lutaram em favor da Dinamarca e devolveram-lhes o território”. “São uns ingratos”, acrescentou. Assim, salientou que “tudo o que os EUA pedem é obter a Groenlândia, incluindo o título de propriedade e os direitos de propriedade. Porque é preciso ter a propriedade para poder defendê-la”, disse. “Não se pode defender com um contrato de arrendamento”, acrescentou.

Trump também enfatizou que “não há nada de errado” em comprar esses territórios, “muitos dos quais, na verdade, agora são grandiosos”.

“Estou a ser criticado de forma muito negativa. Tenho um enorme respeito pelo povo da Gronelândia e também pelo povo dinamarquês. Enorme. Cada país da Otan tem a obrigação de defender o seu próprio território, e a realidade é que nenhum país está em posição de defender a Groenlândia, além dos EUA. Somos uma grande potência, mais do que as pessoas entendem”, explicou.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,3211
Dólar Turismo	R\$ 5,5218
Euro	R\$ 6,2247
Iuan	R\$ 0,7700
Ouro (gr)	R\$ 827,58

ÍNDICES

IGP-M	-0,01% (dezembro)
	0,27% (novembro)
IPCA-E	
	RJ (setembro) 0,55%
	SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Brasil necessita de projeto de Estado Nacional, soberano e popular

Soberania, educação e cidadania para transformar o país.

Por Pedro Augusto Pinho

Não veja, caro leitor, neste artigo, a defesa da ditadura que se implantou com o golpe de 1964, impellido e assessorado pelo poder estadunidense. Nem do contragolpe de militares nacionalistas de direita, conservadores, que governaram o Brasil entre 1967 e 1979. E muito menos do último militar que abriu as portas do País, não mais para os Estados Unidos da América (EUA), mas para os capitais apátridas que, desde 1980, dirigem o Brasil.

E esta longa permanência foi desfigurando o Estado Nacional Brasileiro, com privatizações, falta de rumo nacional, exclusão da maior parte da população de qualquer interferência nas decisões colonizadoras e uma corrupção que se entranhou em toda a estrutura estatal, em todos os chamados poderes da República.

Lamentavelmente, o único governante que se dedicou a erigir um Estado Brasileiro, de acordo com a contemporaneidade e para poder agir com soberania, respeitando a cultura nacional e construindo a cidadania brasileira, foi levado pelas forças da colonização ao suicídio. Mas deixou o exemplo e conseguiu, com este ato extremo, preservar por meio século algumas de suas obras. Por isso, denominamos Getúlio Dornelles Vargas de estadista, o único de nossa história.

O Brasil de 2025 é um engodo, um embuste, uma embromação de Estado, onde os denominados poderes da República disputam fatias de um orçamento que, embora necessariamente público, teve uma parcela secreta (!), o que constitui verdadeiro acinte aos economistas e administradores competentes.

Como pode metade da receita ir para uma dívida nunca auditada, formada unicamente para atender ao poder neoliberal financeiro que governa, há quase meio século, estes 215 milhões de iludidos habitantes?

O que caracteriza um Estado Nacional soberano?

Aquele que não copia exemplos nem ideologias estrangeiras, constituídos em outros momentos his-

tóricos e para responder aos problemas de seus países, que dificilmente são os mesmos do Brasil. Tomemos um exemplo: a democracia liberal de três poderes, sendo ao menos um eleito pelo voto. É o que se vê na Europa após a Revolução Francesa e a derrota de Napoleão Bonaparte. Ou seja, os países europeus no século 19.

Seria esta a realidade brasileira? Óbvio que não. Aqui sempre tivemos um senhor de terras, que se assumia, medievalmente, proprietário também das pessoas. Daí o tão longo período da escravidão em nosso País. Este fato criou um modelo que se encaixou perfeitamente para o Estado colonial, liberal, autoritário e corrupto, que nos acompanha desde sempre, com a exceção do Estado Novo getulista.

Mas é o Estado adequado à contemporaneidade das tecnologias das comunicações e da energia atômica do século 21? Claro que não.

Poderia apresentar um modelo pronto, que desse resposta ao maior número de problemas que enfrentamos no cotidiano de nossa existência. Mas não será o modelo que possa realmente enfrentar as sempre presentes aves de rapina, que se mantêm usufruindo nossas riquezas naturais e nosso trabalho em condições análogas à escravidão. O modelo deve sair do povo brasileiro.

Temos duas opções. Uma longa, mas formadora do povo e que será mais duradoura e arraigada na consciência popular. Esta é pela educação cidadã, persistente, continuada. Difícil, mas a melhor. A outra, como fez Getúlio Vargas, com a Revolução e implantando um governo de força pelo período que se necessite para formar algumas gerações.

Vamos detalhar a primeira opção.

O primeiro e fundamental passo é a instrução universal, isto é, para todas as pessoas do País. E a educação universal só pode ser gratuita, logo pública. E deve ser laica, ou seja, não confessional, para que não seja doutrinária, quer em alguma religião, quer em qualquer ideologia. E de qualidade, isto é, de tempo integral, com tudo que contribua para garantir seu su-

cesso: atividades esportivas, artísticas, assistência médica e apoio educacional.

O pedagogo Manuel Lourenço Filho, signatário do Manifesto da Escola Nova, de 1932, estudou, na década de 1960, a educação em dez países: três das Américas (Argentina, EUA e México), cinco da Europa (França, Inglaterra e País de Gales, Itália, República Federal Alemã — Alemanha Ocidental — e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS) e dois da Ásia (Índia e Japão) e constatou, exceto para a Índia, que sempre tinha início majoritariamente aos três anos, na França e nos EUA aos dois anos de idade, numa creche, e tinha término entre 17 e 19 anos, menos nos EUA, que poderia ir até os 21 anos. A situação da Índia era diferente, pois o ensino começava aos seis anos e terminava aos 16, e era também ministrado em idiomas regionais.

Aproveitemos este trabalho proveitoso e minucioso de Lourenço Filho, acrescentando o de Darcy Ribeiro, para criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), e a contemporaneidade do mundo digital, virtual, do século 21, e dos avanços tecnológicos, como os da miniaturização.

Há, preliminarmente, a questão da vinculação destas Escolas Novas. Devem ter a mais elevada autonomia gerencial, isenta de pressões políticas municipais e mesmo estaduais. Todo este ensino público fundamental deve estar sob a organização, direção, inspeção, avaliação e auditoria do Ministério da Educação Pública (MEP). E deve ser suficientemente amplo e espalhado, que não haja um distrito sem, ao menos, uma Escola Nova. A criação dos distritos passa a ser competência da União, e não dos municípios, como atualmente.

Os programas didáticos terão o modelo definido pelo MEP, podendo sofrer a adaptação regional, devidamente analisada e decidida com a participação de professores e pedagogos locais.

O aluno pode ingressar neste sistema com dois ou três anos, de acordo com o desenvolvimento socioeconômico e os recursos locais, para a creche ou escola

maternal, onde ficará até os cinco anos. As noções de higiene e a socialização, e as noções de uma sociedade inclusiva e democrática são os principais objetivos desta fase da educação.

Seguem-se cinco anos do processo de alfabetização, da quantificação aritmética e da identidade nacional, com conhecimentos de história e geografia, focados na evolução territorial, socioeconômica e política do Brasil, e do uso de recursos digitais, preferentemente de sistemas abertos, como o Linux. Atendendo às condições culturais da localidade, estes cinco anos podem ser ampliados por mais três ou quatro anos, para inclusão da cultura local na forma de linguagem e produção artística e alimentar. Também de acordo com a localidade, para aprofundamento no conhecimento de tecnologias digitais e da informática.

De certo modo, e com meio século de atraso, seguimos o projeto de nove anos de ensino básico das escolas francesas.

Seguem-se quatro anos de ensino técnico, clássico, esportivo, artístico ou normal, este último formador de profissionais para as escolas maternas. Ou seja, pelos 18 anos o estudante está apto a se profissionalizar, com capacitação política e adequada ao seu meio.

Após, ele servirá por dois anos à Pátria, onde conhecerá o universo de atividades civis ou militares, que lhe poderão revelar a profissão a seguir e o interesse de cursar algum curso superior, uma universidade, com maturidade suficiente e boa formação como cidadão. Ele terá 20 anos de idade.

Este modelo difere dos EUA, da mesma época, porque o Estado, ao contrário da França, estava ausente do sistema. As iniciativas de ensino público estavam, então, limitadas às comunidades e, em torno do transporte em ônibus especiais, eram raros os jardins de infância. Lourenço Filho assinala que “a ‘high school’ americana nada possuía de comum com a escola secundária de tipo tradicional de outros países”.

Considerando que seja possível implantar o sistema educacional como o aqui descrito, o passo seguinte seria ter mais controle sobre

a mídia, mediante televisões, rádios e sites dos poderes públicos, em todos os níveis: nacional, estadual e municipal. A mídia e o sistema educacional são os formadores do povo. Não se deve descuidar de nenhum deles.

Bem formados, os cidadãos saberão discernir os fatos dos fakes, as análises nacionalistas das colonizadoras, e, com este preparo, melhoraria substancialmente a qualidade da política partidária; poder-se-ia aprovar a auditoria cidadã, restringindo enormemente a corrupção. Não deverá sobreviver o partido de dono, mas somente os que tivessem programas de defesa nacional e dos interesses populares.

Não se veria mais um Congresso aprovando PEC da Blindagem, da Dosimetria e outros escândalos como Mensalão e Operação Lava Jato, nem elegendo Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Jóias, preso em 3/9/2025 por tráfico de droga, corrupção e lavagem de dinheiro. Nem um Judiciário que se gaba de ter defendido a democracia. Qual democracia? A do invasor da Venezuela, Donald Trump? A de quem aumenta diuturnamente as fronteiras de seu país, sem dúvida nacionalista, mas não democrata? A dos capitais apátridas?

Dado este passo, os brasileiros estariam em condição de participar dos debates sobre a institucionalização do País, mas vinte anos, no mínimo, ter-se-iam passado; este Brasil seria para a geração do futuro, a que vai nascer.

No entanto, isso não nos inibirá de prosseguir discutindo, pois como estamos não teremos qualquer futuro que não seja de uber, com remuneração cada vez menor e encargos cada vez maiores. E as riquezas nacionais estarão alimentando as plutocracias do Atlântico Norte, ou da China e dos países que saibam defender seus interesses.

Vimos que o processo democrático de construção do Estado Nacional é longo e pode levar-nos a caminhos imprevisíveis.

Há, então, o método usado por Getúlio Vargas: encabeçar uma Revolução Nacionalista e construir o Estado Nacional, tendo o

cuidado de eliminar todo resquício de entreguistas e defensores de ideologias exóticas, como nos revela Donald Trump e que têm, no Brasil, o apoio da família Bolsonaro e seus asseclas.

E, como sugestão ao debate, pensemos que o Brasil, como todo país, tem dois segmentos igualmente importantes e necessários. Um diz respeito à soberania, ao desenvolvimento tecnológico, ao controle dos recursos naturais, principalmente os energéticos, à capacidade bélica, ao domínio das tecnologias atômica, aeroespacial, digitais, da internet, inteligência artificial e comunicações virtuais e dos transportes de longa distância. Outro se refere à construção da cidadania: saúde, educação, urbanização, mobilidade urbana, habitação, defesa dos direitos e segurança pública.

Cada aspecto destas construções exige devotos profissionais que não tenham a menor dúvida de que estão servindo à Pátria, seus habitantes, ou seja, para seus filhos, netos e descendentes viverem como seres humanos livres e conscientes numa Pátria soberana.

O modelo democrático nada tem de identitarismos ou rituais eletivos; ele se configura na participação de todos nos processos decisórios, que a China teve êxito em construir para um bilhão e meio de habitantes. Não nos deve ser impossível para poucas centenas de milhões.

Mas é imprescindível o permanente debate, pelas mídias que se dispuserem, nos sindicatos e associações de classe, saindo do peleguismo e do assistencialismo, no enfrentamento político e denúncias, e mesmo dentro de casa, mostrando que política é indispensável e atividade muito séria, não é coisa suja que devemos evitar ou tirar as crianças da sala quando for inevitável a discussão.

E podemos, assim, construir a institucionalidade do Estado Nacional Brasileiro, única, pois existe somente um Brasil. E estaremos contribuindo para o mundo multipolar, de diferentes soluções e de respeito a todas elas.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Biquíni, crime e o Grok, a IA de Musk

Após pesquisar, com uso de ferramentas de inteligência artificial (IA), dados sobre produção e reservas dos EUA, objeto de textos publicados semana passada, esta coluna deparou com resultados conflitantes entre si. Não importa se paga ou gratuita, a IA entregou dados fora de contexto ou simplesmente errados. (Este colunista pesquisou nas fontes e procurou entregar aos leitores números de fontes oficiais e fatos contextualizados)

Pesquisar em ferramentas levou à exigência de uma nova habilidade, ou cargo: “criador de prompts”; o ser humano deve se adaptar à IA, não o contrário, como seria de se esperar. O neurocientista Miguel Nicolelis, um dos mais importantes pesquisadores brasileiros, afirma que a IA “não é inteligência, nem artificial”.

Bem, esse “nariz de cera” (termo usado em jornalismo para um “parágrafo introdutório longo, prolixo e pouco objetivo que retarda a chegada ao ponto principal da notícia” – resposta da IA do Google) é para chegar a usos muito mais preocupantes da inteligência artificial.

Dois denúncias graves foram recentemente feitas pelo jornal britânico The Guardian: uma a respeito de diagnósticos médicos incorretos e outra sobre imagens sensuais geradas pelo Grok, a IA do X/Twitter.

Este último virou escândalo mundial, com reações – na maioria tímidas – de governos e protestos das atin-gidas (99,9% são mulheres). A partir do prompt “coloque ela de biquíni”, imagens viralizaram no X/Twitter. O que parecia uma brincadeira virou crime quando fotos postadas por mulheres em geral, usando roupas e em poses normais, começaram a ser usadas para gerar imagens sexualizadas, inclusive com possíveis menores de idade. O “coloque ela de biquíni” foi ampliado para “biquíni transparente” ou “fio dental, o mais fino possível”.

A reação de Elon Musk, dono da rede social? Inicialmente, ironizar. Postou uma foto de uma torradeira usando biquíni, depois ele próprio com as vestes de banho, sem outra vestimenta por baixo. Depois Musk – um personagem que, num mundo que não estivesse de cabeça para baixo, deveria estar preso – partiu para a falsa ofensiva, acusando governos que questionam o uso do Grok, especialmente o britânico, onde a denúncia ganhou corpo – de ser contra “a liberdade de expressão”.

Indonésia foi o primeiro país a ter coragem de bloquear o Grok, dia 10. A decisão foi seguida pela Malásia 2 dias depois. Também no dia 12, o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) pediu ao governo brasileiro que suspenda o Grok no país.

Como levantado anteriormente nesta coluna, a questão da IA suscita vários debates, de direitos autorais a capacidade real; mas 1 dos mais importantes, senão o principal, é quem domina a tecnologia – e com quais objetivos.

Independente ataca sistema financeiro

Diane Sare, uma líder do movimento LaRouche nos EUA, anunciou sua candidatura à Presidência dos Estados Unidos como independente. “A menos que nossa nação mude drasticamente de rumo e retorne aos princípios expressos por John Quincy Adams em seu discurso ao Congresso em 4 de julho de 1821, nós e nossa república deixaremos de existir de forma reconhecível bem antes de 4 de julho de 2026, 250º aniversário de nossa Declaração de Independência”, alertou no discurso em que se lançou candidata.

“A crise inabordable por trás da agenda militar do Ocidente é que o sistema financeiro e monetário transatlântico está irremediavelmente condenado”, afirmou, ao defender mudanças políticas “urgentemente necessárias”.

Como toda independente, a candidatura tem objetivo simbólico; o democrático sistema eleitoral nos EUA foi feito à prova de candidatos que não sejam dos 2 partidos dominantes.

‘Governos optam por defender a riqueza’

Relatório da Oxfam é lançado em Davos

Relatório da Oxfam, um movimento global que luta contra a desigualdade, a pobreza e a injustiça, afirma que os governos estão escolhendo proteger a riqueza e o poder político dos bilionários em vez de garantir dignidade material, voz política e liberdades civis para a maioria da população.

O relatório Resistindo ao “Domínio dos Ricos: Defendendo a Liberdade Contra o Poder dos Bilionários” foi lançado pela Oxfam por ocasião do Fórum Econômico Mundial de Davos 2026.

“Este relatório é sobre essa escolha. Como os governos no mundo todo estão fazendo a escolha errada; eles estão optando por defender a riqueza, não à li-

berdade. Escolhendo o domínio dos ricos. Escolhendo reprimir a indignação de seu povo diante de como a vida está se tornando inacessível e insuportável, em vez de redistribuir a riqueza dos mais ricos para os demais”, diz o texto.

Segundo a Agência Brasil, o documento destaca a ampliação do poder político e o crescimento recorde da riqueza dos bilionários, diante da estagnação da diminuição da pobreza no mundo e da redução dos direitos civis.

“Em vários países, os super ricos não só acumularam mais riqueza do que jamais poderiam gastar, como também utilizaram essa riqueza para garantir o poder político para moldar as regras que definem as

nossas economias e governam as nações. Ao mesmo tempo, em todo o mundo, estamos vendo uma deterioração e um retrocesso dos direitos civis e políticos da maioria; a repressão de protestos; e o silenciamento da oposição”.

De acordo com o relatório, os bilionários estão se tornando ricos também politicamente e capazes de moldar e influenciar a política, as sociedades e as economias. “Em nítido contraste, aqueles com menos riqueza econômica estão se tornando politicamente pobres, com suas vozes silenciadas diante do crescente autoritarismo e da supressão de direitos”.

Segundo o documento, a diminuição da pobreza praticamente estagnou, com

o registro de um novo aumento da pobreza na África. “Em 2022, quase metade da população mundial (48%), ou 3,83 bilhões de pessoas, vivia na pobreza. Olhando, além da renda, para outros aspectos da pobreza, uma em cada quatro pessoas no mundo enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave. Esse número aumentou 42,6% entre 2015 e 2024”.

“A conclusão deste relatório mostra que isso não é inevitável. Os governos podem optar por defender as pessoas comuns em vez dos oligarcas. As próprias pessoas, quando organizadas, podem apresentar um contrapeso poderoso à riqueza extrema. Juntos, podemos exigir um mundo mais justo e igualitário”, conclui o texto.

Porto de Santos: Justiça barra licitação e acende alerta sobre planejamento

Disputa em torno da cessão de uma área estratégica do Porto de Santos ganhou novos capítulos após a Autoridade Portuária de Santos (APS) recorrer da decisão da Justiça Federal que suspendeu a licitação para implantação de um condomínio logístico privado na região. O certame, que prevê a cessão de aproximadamente 260 mil metros quadrados na margem direita do porto, foi interrompido em dezembro de 2025 após ação movida pela Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), que apontou uma série de irregularidades no edital.

Segundo a decisão judicial, há indícios de desvio da finalidade originalmente prevista para a área e descumprimento da Lei de Liberdade Econômica, além de inconsistências em relação ao Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), principal instrumento de planejamento do Porto de Santos. A Abratec sustenta que o espaço é classificado como área estratégica para a ampliação da capacidade operacional portuária e que sua destinação a um condomínio logístico privado poderia comprometer a competitividade e o crescimento do maior porto do país.

A APS, por sua vez, afirma que a licitação está alinhada ao planejamento aprovado e que os prazos do edital seguem em curso. De acordo com a autoridade portuária, a área em questão estaria enquadrada no PDZ como “não afeta às operações portuárias” e o empreendimento funcionaria como um pulmão logístico, operando fora da janela de escala dos navios, com potencial para reduzir congestionamentos.

Além do debate sobre a destinação da área, a ação judicial também questiona o valor de arrendamento previsto no edital. Apenas uma proposta foi apresentada, com oferta de R\$ 1,20 por metro quadrado ao mês, valor que, segundo a Abratec, não reflete os preços praticados no mercado nem a relevância estratégica do espaço. A entidade também aponta a ausência de estudos de viabilidade técnica e econômica, de audiências públicas e de validação por órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos.

Para a advogada Karina Macedo Marra Leal, especialista em licitações e contratos e sócia do Deborah Toni Advocacia, a suspen-

são do certame expõe um problema recorrente nas contratações públicas. “A decisão da Justiça Federal evidencia um ponto central e cada vez mais sensível nas contratações contemporâneas: a fragilidade do planejamento como fator de risco jurídico, econômico e institucional”, afirma.

Segundo ela, a Lei nº 14.133/2021 alterou profundamente a lógica das licitações ao colocar o planejamento no centro do processo decisório. Nesse contexto, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deixou de ser uma formalidade e passou a ser um instrumento essencial para demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação.

“No caso do Porto de Santos, a suspensão judicial aponta justamente para a ausência ou insuficiência de estudos técnicos robustos capazes de demonstrar a compatibilidade da destinação pretendida para a área com o PDZ, que é o principal instrumento de planejamento portuário”, explica.

A advogada também chama atenção para a fragilidade da pesquisa de mercado apresentada no edital. Para ela, a definição do valor de referência é elemento-chave da governança da contra-

tação. “A apresentação de apenas uma proposta, com valor significativamente inferior a parâmetros comparáveis, acende um alerta quanto à economicidade e à competitividade do certame, além de expor o gestor a questionamentos e riscos de prejuízo ao interesse público”, avalia.

Outro ponto sensível, segundo Karina Marra, é a falta de manifestação dos órgãos reguladores. “Em setores regulados como o portuário, a atuação da Antaq e do Ministério de Portos e Aeroportos não é mera formalidade. A ausência de validação desses órgãos fragiliza o processo decisório e compromete a legitimidade da contratação, especialmente quando envolve áreas estratégicas”, afirma.

Para a especialista, o caso deixa uma lição clara para a administração pública. “Licitações estruturantes exigem planejamento qualificado, estudos técnicos consistentes, pesquisa de mercado realista e respeito à governança setorial. O Estudo Técnico Preliminar não é um entrave burocrático, mas o principal instrumento de proteção do gestor, do patrimônio público e da eficiência administrativa”, conclui.

Delivery cresceu 27% em novembro, impulsionando food service

Mais estabelecimentos investindo em entregas

O setor de food service manteve um ritmo acelerado de crescimento em novembro de 2025. De acordo com dados da Linx, os pedidos via delivery avançaram 27% na comparação com novembro do ano passado. No mesmo período, os restaurantes registraram alta de 11% no tíquete médio.

O levantamento indica que o delivery continua ganhando importância nas operações dos estabelecimentos. Em novembro deste ano, o canal representou 14% do faturamento total do setor, ante 11% em 2024, reforçando sua relevância na jornada de consumo.

Para Bruno Primati, diretor de Food na Linx, a expansão é reflexo da digitalização crescente dos negócios e da entrada de novos perfis de estabelecimentos no ambiente online.

“Hoje, praticamente qualquer operação consegue participar de forma

competitiva no delivery. Até segmentos mais sensíveis, como sorveterias, ampliaram sua presença graças a soluções logísticas que permitem manter a temperatura adequada durante o trajeto”, afirma.

De acordo com o executivo, o aumento da oferta também se deve ao maior número de restaurantes investindo em plataformas próprias e na conexão com marketplaces. “A chegada de novos marketplaces especializados ampliou muito as possibilidades de venda e trouxe mais visibilidade para negócios de todos os portes. Para o consumidor, isso significa mais variedade; para o restaurante, mais demanda e mais previsibilidade”, diz.

Já estudo de Inteligência Comercial da Getnet, realizado a partir de informações do setor, revela que a atividade segue em ritmo acelerado, impulsionada pela incorporação do serviço

na rotina diária do consumidor.

De acordo com o levantamento, o faturamento do setor para este ano está projetado em aproximadamente R\$ 79 bilhões, o que representa um crescimento de cerca de 12,7% em relação a 2024. Por sua vez, o tíquete médio do delivery foi de R\$ 66,21 por refeição em 2025, valor 12% superior ao do consumo presencial em restaurantes. O estudo aponta ainda que o volume de pedidos mensais continua em alta, ultrapassando os 150 milhões, um crescimento de 24% em relação ao ano passado.

Segundo o levantamento, o serviço de delivery já está presente em aproximadamente 80% dos estabelecimentos e responde por cerca de 20% do faturamento de bares e restaurantes. As preferências de consumo, como lanches, comida brasileira e marmitas, indicam

que o delivery se tornou um hábito diário para refeições práticas.

“O delivery deixou de ser uma alternativa e se tornou um pilar estratégico de faturamento para bares e restaurantes no Brasil. Os dados mostram que a digitalização do consumo já é um fator determinante para a saúde financeira do varejo de alimentos”, diz Luciano Ferrari, vice-presidente comercial, marketing e clientes da Getnet.

“Depois de se popularizar durante a pandemia, o mercado de entregas agora vive uma fase de competição intensa. As empresas que lideram o setor estão diversificando, investindo em novos serviços como soluções financeiras e entregas muito rápidas. Além disso, novos concorrentes de fora do país estão chegando, trazendo tecnologia avançada e modelos de sucesso global”, destaca Luciano Ferrari.

Cesta básica teve queda de 6,07% no Rio no segundo semestre de 2025

O Estado do Rio de Janeiro registrou queda de 6,07% no preço da cesta básica de alimentos no segundo semestre de 2025, saindo de R\$ 823,59 em julho para R\$ 792,06 em dezembro – valor R\$ 31,53 menor ao fim do ano. O balanço das 27 capitais foi divulgado nesta terça-feira (20), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O resultado coloca o Rio de Janeiro como a segunda cidade com maior redução no custo da cesta básica em todo o Sudeste no período.

O levantamento integra a Análise Mensal da Pesquisa Nacional de Preço da Cesta Básica de Alimentos, realizada pela Conab e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Firmada oficialmente em 20 de agosto do ano passado, a parceria entre os órgãos passou a acompanhar os preços em todas as 27 capitais brasileiras.

No Rio de Janeiro, a redução foi puxada principalmente pela queda expressiva nos preços de itens essenciais. O tomate apresentou recuo de 47,19%, seguido pela banana (-19,92%) e pela batata (-19,78%). Também tiveram diminuição relevante os preços do óleo (-12,60%) e do feijão (-12,05%).

Esses resultados contribuíram diretamente para aliviar o orçamento das famílias cariocas, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, para as quais a alimentação representa parcela significativa da renda mensal.

De acordo com o presidente da Conab, Edegar Pretto, a queda generalizada no preço da cesta básica em todas as capitais reflete os efeitos positivos da política

agrícola. “Essa queda generalizada é fruto dos investimentos que o Governo do Brasil vem fazendo no setor agropecuário brasileiro, aumentando a produção de alimentos para o consumo interno nacional”, afirmou.

Capitais

Campeã em queda de preço entre as capitais, Boa Vista teve redução de 9,08% no valor da cesta básica de alimentos, no acumulado dos últimos seis meses do ano passado, com o preço passando de R\$ 712,83 em julho, para R\$ 652,14 em dezembro – valor R\$ 60,69 menor no fim no ano. Logo atrás ficou Manaus, com diminuição de 8,12% no preço, saindo de R\$ 674,78 para R\$ 620,42, ou seja, custo R\$ 54,36 a menos no último mês do ano.

Fechando o ranking, Fortaleza ocupa o terceiro lugar, com queda de 7,90%, com cestas que custavam R\$ 738,09 em julho e chegaram a R\$ 677 em dezembro – R\$ 61,09 mais baratas. Na ponta contrária da tabela, estão Belo Horizonte, Macapá e Campo Grande com quedas de 1,56%, 2,10% e 2,16%, respectivamente, no agrupado do período.

Boa Vista lidera o cenário no Norte, assim como Fortaleza no Nordeste do país. Já no Centro-Oeste, Brasília é a recordista em declínio de preço da cesta, com variação de -7,65% nos últimos seis meses de 2025. No Sul, a capital mais bem colocada é Florianópolis, que teve redução de -7,67% no valor do conjunto de produtos. Por fim, Vitória é a capital vencedora no Sudeste, com redução de -7,05% no preço da cesta básica de alimentos no compilado das pesquisas da última metade do ano passado.

Anvisa proíbe venda de canetas emagrecedoras sem registro no país

Os medicamentos à base de tirzepatida das marcas Synedica e TG, e de retatrutida, de todas as marcas e lotes, tiveram sua comercialização, distribuição, fabricação, importação, divulgação e uso proibidos pela Agência Nacional de Saúde (Anvisa) nesta quarta-feira. Esses produtos são popularmente conhecidos como “canetas emagrecedoras do Paraguai”.

Segundo a agência, esses medicamentos são produzidos por empresas desconhecidas e são vendidos – em

perfis no Instagram – “sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa”. A Anvisa informa também em seu comunicado que, por serem irregulares e de origem desconhecida, “não há garantia sobre o seu conteúdo ou qualidade”, e que por isso essas canetas emagrecedoras não podem ser usadas “em nenhuma hipótese”.

No começo da semana a Anvisa determinou o recolhimento de produtos para decorar alimentos que contêm substâncias não autorizadas como glitter e plástico. Os produtos que devem

ser recolhidos são: Folha de Ouro para decoração com polímeros plásticos da marca Morello (todas as cores) e Pó/Brilho (Glitter) para decoração com polímeros plásticos da marca Morello (todas as cores).

Esses produtos são fabricados pela 3JG Indústria e Comércio de Artigos para Confeitagem Ltda. Morello e estão sendo comercializados em plataformas de vendas online, como Shopee, Mercado Livre e Amazon, e no Instagram. Foi determinada a suspensão, comercialização, distribui-

ção, fabricação, divulgação e consumo desses produtos.

A agência reguladora ordenou também a apreensão de todos os produtos vendidos pela empresa Nykax Produtos Naturais (Maiko Nikolas dos Santos Produtos Naturais), devido a origem desconhecida de todos os alimentos da empresa. A decisão foi tomada após a tentativa da Vigilância Sanitária de Curitiba de realizar inspeção no local, em dezembro do ano passado, e não ter encontrado a empresa no endereço disponibilizado.

6x1: fim da escala deve aumentar produtividade

O fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) no Brasil deve levar ao aumento da produtividade da economia do país, afirmou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos. Em entrevista ao programa Bom dia, Ministro, do Canal Gov, nesta quarta-feira, ao defender a redução de jornada para os trabalhadores, dando exemplos de empresas que já adotaram novos regimes de trabalho.

Segundo Boulos, um estudo da Fundação Getúlio Vargas, em 2024, envolvendo 19 empresas que reduziram a jornada de

trabalho apontou aumento de receita de 72% delas e de cumprimento de prazos em 44%. “Estão reduzindo mesmo sem a legislação”, destacou. “E por que aumenta a produtividade? Com seis dias de trabalho, um de descanso - e às vezes esse um, principalmente para as mulheres, é para fazer serviço de cuidado em casa - quando essa pessoa chega ao trabalho, ela já está cansada. Quando esse trabalhador ou trabalhadora está mais descansado, o resultado é que ele vai trabalhar melhor. Então, o que a gente sustenta é baseado em dados”, afirmou.

O ministro contou ainda que a empresa Microsoft, no

Japão, adotou a escala 4 por 3 e teve aumento de 40% na produtividade individual do trabalhador. Boulos também deu exemplo de outros países. “A Islândia em 2023 reduziu para 35 horas [semanais], com jornada 4 por 3. Sabe o que aconteceu? A economia da Islândia cresceu 5% e a produtividade do trabalho aumentou 1,5%. Nos Estados Unidos, houve uma redução média de 35 minutos de trabalho por dia nos últimos três anos. Não foi uma lei, isso aconteceu pela própria dinâmica do mercado e aumentou em média 2% da produtividade”, disse.

Segundo Boulos, a baixa produtividade da economia é um dos argumentos de

quem é contra a mudança na escala de trabalho. “Se a produtividade é baixa e você não quer deixar um tempo para o trabalhador fazer um curso de qualificação, como é que vai aumentar a produtividade?”, questionou.

“Aliás, uma parte importante de uma produtividade menor que a média no Brasil não é responsabilidade do trabalhador, é do setor privado que não investe em inovação e tecnologia. Quase todo o investimento em inovação, tecnologia e pesquisa no Brasil é do setor público. O setor privado brasileiro é um dos que menos investe, proporcionalmente aos países no mesmo patamar”, argumentou.

Assine o jornal

**Monitor
Mercantil**



(21) 3849-6444

Como aplicar dinheiro ressarcido pelo FGC

Sócia da AVG Capital mostra o exemplo do Banco Master

Quase 60 dias após a liquidação do Banco Master, investidores que haviam aplicado recursos na instituição começaram a receber valores via Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O valor total a ser pago pode ultrapassar R\$ 40 bilhões. O FGC é uma entidade privada e sem fins lucrativos que atua como um seguro para investidores e correntistas no Sistema Financeiro

Nacional.

“Em torno de 800 mil investidores, segundo estimativas oficiais, vão receber dinheiro”, diz Andressa Bergamo, especialista em investimentos e sócia da AVG Capital. Segundo ela, há opções para investir os valores a serem recebidos considerando o curto, médio e longo prazo. Voltando na linha do tempo, a crise do Banco Master explodiu em 18 de novembro de 2025, quando o Banco Central do Brasil decretou sua liquidação extrajudicial devido a graves problemas de liquidez, irregularidades contábeis e financeiras, como a “fabricação” de car-

teiras de crédito, levando à prisão de seu controlador, Daniel Vorcaro, e ao acionamento do FGC para ressarcir investidores.

“A medida significou o fim das operações da instituição e a abertura do caminho para que o FGC assegurasse reembolsos aos investidores que tinham aplicações cobertas pelo fundo, como Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e outros produtos garantidos”, cita Andressa Bergamo.

A especialista explica que o papel do FGC é justamente proteger pequenos investidores e depositantes em casos de falência ou intervenção em instituições financeiras, oferecendo uma cobertura de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. “Esse mecanismo, que envolve contribuições mensais de bancos associados, é tido como uma espécie de “seguro” para aplicações financeiras. No caso do Master, por se tratar de um volume recorde de recursos e de credores, o valor estimado a ser pago rondando os R\$ 41 bilhões representa um desafio sem precedentes para a entidade”, afirma a especialista.

Opções de investimento:

Andressa Bergamo sugere que, para a maior parte do valor a receber, em torno de 35%, o investidor pode escolher um fundo com foco em debêntures incentivadas de infraestrutura, como o Fundo BTG Total Incentivado Infra Renda Fixa:

“É possível investir em um fundo como esse isento de imposto e com rendimento acima do CDI”, diz. Para outra parcela dos recursos, a especialista propõe um CDB pós-fixado de um banco sólido dentro da garantia do FGC. “Aqui o objetivo é receber rendimento com liquidez sem surpresas no meio do caminho”, afirma. Ela ainda ressalta a importância de contar com instituições financeiras com perfil mais estável e prudente. Já avistando horizonte mais longo, Andressa observa que os outros 20% podem ser alocados em investimentos que protegem o poder de compra ao longo do tempo. “Então aqui vale participar de um leilão de título público e adquirir uma taxa acima de IPCA + 7%, que historicamente é um patamar super raro e

extremamente eficiente na relação risco-retorno”, comenta, refletindo sobre a importância de resguardar o capital contra a inflação ao longo dos anos. “Por uma questão estratégica de risco, eu não sugiro concentrar todo o patrimônio no Brasil, então os outros 30% vão ser alocados em ativos internacionais para reduzir o risco e equilibrar a carteira.

É possível achar fundo rendendo acima de 8% em dólar no ano”, diz. Na opinião dela, é fundamental reestruturar os portfólios de maneira a equilibrar liquidez, segurança e potencial de retorno, especialmente após um episódio que colocou sob os holofotes os riscos inerentes a aplicações que oferecem rendimentos muito acima da média. “Até que os pagamentos sejam oficialmente iniciados, o clima entre os investidores segue de cautela e expectativa.

O avanço dos trâmites e a definição de datas concretas para o repasse poderão converter, enfim, esse longo período de incerteza em um novo capítulo de planejamento financeiro pessoal”, observa.

FMM investe na criação de 620 empregos na indústria naval

Com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), a Bram vai adquirir, até julho de 2026, 6 embarcações da classe PSV 5000, a serem construídas no Navship. Com o projeto, a expectativa é de criação de 620 empregos diretos no estaleiro durante a construção das embarcações e de 190 empregos diretos na Bram na fase operacional delas.

O FMM é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras.

Ele é administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM).

As embarcações decorrem de contratos da Petrobras para afretamento por 12 anos e serão utilizadas para o transporte de suprimentos entre as plataformas de perfuração ou produção em alto mar e as bases em terra. A propulsão será híbrida, do tipo diesel-elétrica, com bancos de baterias que fornecerão energia suficiente para que, sem outra fonte, sejam capazes de manter

a embarcação em posição por um tempo preestabelecido. Também serão dotadas de conector elétrico capaz de receber energia diretamente do porto, quando atracadas.

“A indústria naval brasileira vive um momento de retomada. Com o apoio do BNDES e os recursos do Fundo da Marinha Mercante, estamos garantindo que a demanda do setor de óleo e gás seja atendida, com projetos feitos aqui, com mão de obra brasileira. Esse tipo de investimento só acontece em um país que voltou a ter estabilidade econômica e confiança para investir.

O resultado não poderia ser melhor: estaleiros cheios, mais de 50 mil empregos gerados no setor em 2025 e o fortalecimento da nossa economia”, afirma o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

“O apoio do BNDES contribui para desenvolver e capacitar com emprego de tecnologias mais avançadas o parque nacional de estaleiros, a partir da produção de embarcações com banco de baterias e motores elétricos, que reduzem as emissões de gases de efeito estufa.”, afirma o presidente do banco, Aloizio Mercadante.

Transição para novo modelo de certificações é adiada

O início da transição das certificações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e a abertura do agendamento das provas de 2026 foram adiados de 26 de janeiro para 9 de fevereiro. “A atualização do cronograma foi motivada pela procura recorde pelas certificações CPA-10, CPA-20 e CEA ao longo

de 2025, especialmente nos últimos meses do ano”, detalhou a instituição. Em 19 de fevereiro será realizada a aplicação de provas para todas as certificações.

As certificações validam conhecimentos no mercado financeiro: CPA-10 é para distribuição básica, CPA-20 atende alta renda e private, e CEA é para especialista em investimentos. Segundo a Anbima, apenas em dezem-

bro, foram realizados mais de 65 mil exames, volume três vezes superior ao pico histórico observado no período pós-pandemia, quando foram aplicados cerca de 19 mil exames em um único mês.

Fernanda Mateus, gerente de Educação da associação, explica que a decisão foi tomada para preservar a qualidade do processo e garantir uma experiência adequada aos profissionais.

“O volume de inscrições superou todas as nossas expectativas. O ajuste no cronograma foi necessário para permitir que todas as pessoas inscritas em 2025 tivessem a oportunidade de realizar suas provas e seguir para a transição de forma organizada. Uma decisão tomada com foco total na experiência do profissional, sem medir esforços para acomodar todas as pessoas.”, afirma.

AVISO DE LEILÃO

A SECRETARIA DE TRANSPORTE E POSTURA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 24 de Fevereiro de 2026, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujos proprietários já foram notificados, tendo como leiloeira Sra. ELIZABETH CHRISTINA AMÓRIM DE ALMEIDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do Edital poderá ser consultada através dos sites www.eblonline.com.br.

GE CELMA LTDA.

CNPJ: 33.435.231/0003-49

AUDITORIA AMBIENTAL

GE CELMA LTDA. torna público que entregou Secretária do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, em 14/01/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento, que cobriu o período de novembro de 2024 a novembro de 2025, referente às atividades de serviços de revisão e reparo de motores aeronáuticos, e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Alice Hervé, 356 – Bingen, no Município de Petrópolis, no período de 20/01/2026 a 20/02/2026 no horário das 13h às 15h.

NOVA PRO - MALL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 01.567.311/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do §3º do artigo 1.152 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), ficam convocados os sócios da NOVA PRO - MALL PARTICIPAÇÕES LTDA. (“Sociedade”) a se reunirem em Reunião Extraordinária de Sócios, a ser realizada de forma exclusivamente presencial, no dia 29 de janeiro de 2026 às 10:00 horas, em primeira convocação ou, caso não se verifique o quórum mínimo de sócios representando ¼ (três quartos) do capital social, em segunda convocação às 10:30 horas, na sede da Sociedade, localizada na Rua Lauro Müller nº 116, sala 803, Botafogo, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.290-160, a fim de discutirem e deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: (i) balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025, conforme Cláusula 11 do Contrato Social; e (ii) distribuição de lucros e reservas de lucros da Sociedade apurados entre 1º de novembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025 mediante pagamento, crédito, emprego ou entrega até o dia 31 de dezembro de 2028. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2026.

Gustavo José Moreira de Souza - Sócio - Administrador

COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DOS CATADORES

DE SANTA TERESA – COOPSANTA

CNPJ 08.620.412/0001-36 / NIRE: 33.400047818

Rua Barão de Petrópolis, 721 casa 13 – Rio Comprido –

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20251-060

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Pelo presente edital, na forma do art. 24 do Estatuto, convocamos os senhores cooperados para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DOS CATADORES DE SANTA TERESA – COOPSANTA sito a Rua Barão de Petrópolis, 721 casa 13 – Rio Comprido – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20251-060, no próximo dia 01 de fevereiro de 2026, às 08:00h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; ou às 09:00h, em segunda convocação, com metade mais um dos associados; ou às 10:00h, em última convocação, com a presença mínima de 7 associados, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Alteração do endereço da SEDE; b) Alteração das Atividades Principal e Secundária; c) Assuntos Gerais. Para efeito de quórum, o nº. registrado é de 7 cooperados. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2026.

Flavio Minervino da Silva - Presidente.

“Edital de Convocação”

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições conforme Artigo 19º do Estatuto Social convoca os 20 sócios cooperados da Cooperativa Brasil Transporte Roda aéreo de Cargas e Passageiros BRASCOOTA, para comparecerem na data do dia 31 de janeiro de 2026 à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA que fará realizar em sua sede social na travessa Castelo Branco, Nº 915, sala 02 – São Brás – CEP – 66.063-000 – Belém-PA, em primeira convocação às 14:00h, com a presença de 2/3 dos cooperados, em segunda convocação às 15:00h no mesmo dia e local com a presença de metade mais um do número total de cooperados, e, persistindo a falta de quórum geral, em terceira e última convocação às 16:00h, com presença mínima de 10 (dez) cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - AGO:** 1- Prestação de Contas de 2024 e 2025; 1.1 – Relatório de Gestão; 1.2 – Apreciação do Balanço, Balancete, Apuração das Sobras ou Perdas; 1.3 – Destinação das Sobras ou Perdas - DSP e, 1.4 – Parecer e aprovação do Conselho Fiscal; 2 – Eleição e Posse da Diretoria Administrativa; 3 – Eleição e Posse do Conselho Fiscal até 2027; **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE:** 1 – 1 - Entrada e Saída de Cooperados; 2 – Inclusão de Novos Cnaes; 3 - Exclusão de Cnaes; 4 - Redução do capital social integralizado e retirada das duas aeronaves integralizadas como capital; 5 – aprovação do uso na integralização RBAC-91, subparte K, IS 91 – 013, conforme normas vigentes da ANAC; 6 - Reforma Estatutária; Belém-PA, 20 de fevereiro de 2025. Paulo Renato Pires Fernandez – Presidente da BRASCOOTA

SIND. EMP. ENT. CULT. REC. ASSIST.

SOC. DE ORIEN. FORM. PROF. MUN. RJ

CNPJ 33.647.389/0001-10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos, p/ a AGE na forma das disposições legais e estatutárias os empreg. e assoc. e não assoc. das ENT. a seguir designadas e relacionadas de acordo com datas-base: 1º de Fev. de 2026 – Sesc e Senac Nacionais; 1º de mar. de 2026 – Clube Militar, Aliança Francesa – Assoc. Franco Bras., IBEU, Senai e Sesi Reg., Sesc e Senac Reg. e Ent. Diversas da Categoria, Rec., de Assist. Soc., de Orien e Form. Prof. do Mun. do RJ; 1º de abril de 2026 – Clube Naval; 1º de maio de 2026 - FGV, Senai-Cetiqt - Serviço Nac. Aprend. Ind. e Centro Téc. Quím. Têxtil, Sest e Senat, Sindelivre - Mun. Rio e Estabelec. de Cult. Física e de Esp. Terrestre, Aquá., e Aéreos e outras Entid. oriundo do SECRASO, que realizarão ACT/2026 – 2027 em separados, repres. o munic., que serão realizadas de acordo com as Convocatórias Específicas para cada Entidade, e serão designadas as datas, horários e locais, obedecido o quórum de 2/3 dos empreg. da entid., 1ª / 2ª e última convocação com qualquer número de empreg. presentes à Assembleia, ou conforme nova modalidade de Assembleia, podendo o Senalba Rio Capital convocar Filiados, Assoc. e não Assoc. pelo método virtual! Com o objetivo de tratar dos seguintes itens da Ordem do Dia: a) Elaboração da Pauta de Reivindicações - ano 2026; b) Autorização a Diretoria para celebrar Acordo Coletivo de Trabalho ou Instaurar Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho; c) Manutenção do Sindicato; d) Conforme procedimento elaborado em reunião junto a Entidade do Sindicato e o MPT, conforme registro em Cartório e ato declaratório, deliberando os critérios para o ingresso nas salas virtuais, contendo: nome do participante e local da votação, valendo somente as Assembleias para o Município do Rio de Janeiro; e) Assuntos Gerais. Sede Rua Santa Luzia, 799 – sala 803 – Centro do – RJ. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2026. Gláucio S. Costa – Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS DISPOSIÇÕES DA HOSPITALIDADE

E GASTRONOMIA, Pousadas, Restaurantes, Bares

E LANCHONETES. MAGÉ, GUAPIMIRIM, CACHOEIRA E MACACU

E MANGARATIBA-RJ

EDITAL DE AVISO REGISTRO DE CHAPA ÚNICA

Cumprindo o que determina o Estatuto Social, (Capítulo III, Seção I, § 1º, do Art. 19) comunico que dentro do prazo do edital de convocação, publicado no jornal Monitor Mercantil, do dia 09/01/2026. Foi registrada apenas uma única chapa a seguir descrita: DIRETORIA EFETIVA; PRESIDENTE: JOSE RAILTON CALISTO DE SOUZA; SECRETÁRIO: PORFIRIO ALVES FONTES; TESOUREIRO: ANTONIO FERREIRA BRAZ; DIRETORIA SUPLENTE: JACQUES DOUGLAS BASTOS BEZERRA, FLAVIO DE OLIVEIRA RAMOS, MICHAEL COSTA PEREIRA; CONSELHO FISCAL EFETIVO: ANTONIO FERREIRA BRAZ, ANTONIO VALDIR RODRIGUES DA SILVEIRA, LEANDRO COSTA DE SOUZA; CONSELHO FISCAL SUPLENTE: FLAVIO DE OLIVEIRA RAMOS, MICHAEL COSTA PEREIRA, JACQUES DOUGLAS BASTOS BEZERRA; DELEGADOS REPRESENTANTES EFETIVOS: JOSE RAILTON CALISTO DE SOUZA, PORFIRIO ALVES FONTES; DELEGADOS REPRESENTANTES SUPLENTE: ANTONIO FERREIRA BRAZ, MATHEUS DO NASCIMENTO SALES. Aberto o prazo para impugnação do presente Edital, nos termos do Estatuto Social. Magé, 22 de janeiro de 2026.

JOSE RAILTON CALISTO DE SOUZA

PRESIDENTE

CÉDULA ÚNICA SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO EM HOTÉIS, RESTAURANTES, MEIOS DE HOSPEDAGENS E GASTRONOMIA DE MAGÉ, GUAPIMIRIM, CACHOEIRA DE MACACU E MANGARATIBA-RJ		
DIRETORIA EFETIVA	CONSELHO FISCAL EFETIVO	DELEGADOS REPRESENTANTES EFETIVOS
JOSE RAILTON CALISTO DE SOUZA	ANTONIO FERREIRA BRAZ ANTONIO VALDIR RODRIGUES DA SILVEIRA	JOSE RAILTON CALISTO DE SOUZA
PORFIRIO ALVES FONTES	LEANDRO COSTA DE SOUZA	PORFIRIO ALVES FONTES
DIRETORIA SUPLENTE	CONSELHO FISCAL SUPLENTE	DELEGADOS REPRESENTANTES SUPLENTE
JACQUES DOUGLAS BASTOS BEZERRA	FLAVIO DE OLIVEIRA RAMOS	ANTONIO FERREIRA BRAZ
FLAVIO DE OLIVEIRA RAMOS	MICHAEL COSTA PEREIRA	MATHEUS DO NASCIMENTO SALES
MICHAEL COSTA PEREIRA	JACQUES DOUGLAS BASTOS BEZERRA	

Petrobras: mais eficiência, refino e produção de combustíveis mais limpos

Companhia disse que expandiu a produção de derivados

Entre 2023 e 2025, as refinarias da Petrobras operaram com um Fator de Utilização Total (FUT) médio de 92%, informou nesta segunda-feira a companhia. “Um avanço expressivo quando comparado ao índice de 88% registrado em 2022. Nesse período, a companhia elevou em 3% a produção média de derivados e ampliou em mais de 20% a capacidade de produção de diesel S-10, com um acréscimo de 138 mil barris por dia (kbpd)”.

“As ampliações em unidades de nossas refinarias são resultados de ganhos de eficiência, modernização de processos e engenharia aplicada, sempre com foco em segurança e confiabilidade operacional”, afirma William França, diretor de Processos Industriais da Petrobras.

“A ampliação da oferta de diesel S-10 foi viabilizada por meio de projetos nas refinarias Reduc, Replan, Revap e Rnest. O aumento da produção reduz a dependência de importações e contribui para a melhoria da qualidade do ar, devido ao menor teor de enxofre do combustível”, ressaltou a companhia.

Produção

Entre 2023 e 2025, a produção média de diesel cresceu 3,1% e a de gasolina 9,3%, alcançando médias históricas de 419 mil barris por dia de gasolina e 452 mil barris por dia de diesel S-10, além de resultados recordes em diversas refinarias do sistema.

Os projetos implementados, no período, elevaram em cerca de 48 kbpd a capacidade de processamento de petróleo, com destaque para a Rnest (+42 kbpd) e a RPBC (+6 kbpd). Para 2026, estão previstas novas ampliações na Replan e na Revap, que devem acrescentar mais 44 kbpd, além do avanço do projeto do Trem 2 da Rnest, que permitirá ampliar a capacidade em até 130 kbpd.

Biorefino

De acordo com a Petrobras, outro pilar da estratégia é o avanço do biorefino. As refinarias já estão adaptadas para a produção de diesel R, com capacidade atual de cerca de 74 mil m³ por mês. Cabe destacar que a Petrobras já comercializa o diesel R5, amplamente utilizado pelas empresas

de transporte coletivo de Araucária, no Paraná. Já foram efetuados testes com aumento do conteúdo renovável no diesel, produzindo o diesel R10, combustível utilizado para abastecer toda a frota de ônibus e geradores de energia, durante a COP30, realizada no Brasil em 2025.

Em relação ao SAF (combustível sustentável de aviação), as refinarias também já foram adequadas via rota de coprocessamento, permitindo que, a partir de 2027, as companhias aéreas que operam no Brasil possam utilizar esse derivado, conforme determina a Lei do Combustível do Futuro e a fase mandatória do Corisa, programa da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) voltado à redução e compensação das emissões de CO em voos internacionais.

A companhia conduz ainda o processo licitatório para a implantação da primeira planta dedicada à produção de combustíveis 100% renováveis na Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC), com capacidade de 15 kbpd.

“Até o fim do primeiro trimestre deste ano, a Petrobras passará a operar, de

forma inédita, na RPR (Refinaria Riograndense), a primeira unidade do país com 100% de carga renovável.

Ainda em 2026, a companhia também dará início às obras de uma planta de dedicada à produção de renováveis nessa mesma refinaria, com capacidade de 15 kbpd”, calcula a companhia.

Mais gás natural

A Petrobras também ampliou a oferta de gás natural, com aumento da capacidade de processamento de cerca de 21 milhões de metros cúbicos por dia (milhões m³/d), a partir da entrada em operação das novas infraestruturas do Rota 3 e da Unidade de Tratamento do Complexo Energias Boaventura, reforçando o atendimento ao mercado industrial e termelétrico.

No campo da geração renovável, a companhia já opera a primeira usina fotovoltaica no refino, instalada na Regap, com 10 MW de capacidade. “Até o final do ano, novas usinas entrarão em operação na Rnest e Replan, elevando a capacidade total para 42 MW e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa”, prevê a companhia.

Jatos comerciais da Embraer serão destaque na Wings Índia 2026

A Embraer (NYSE: EMBJ / B3: EMBJ3) pretende aumentar o número de aeronaves fabricadas por ela no espaço aéreo da Índia. O país é um dos mercados compradores das aeronaves da fabricante brasileira. Hoje, em torno de 50 aeronaves fabricadas pela Embraer circulam por lá. A partir de 28 de janeiro, em um evento do setor serão exibidas as aeronaves comerciais E195-E2 e E175 na Wings India 2026, em Hyderabad, capital do estado de Telangana, no sul do país.

Os preços de tabela (lista) das aeronaves Embraer E195-E2 e E175 variam, com o E195-E2 custando cerca de US\$ 72,8 milhões e o E175 US\$ 49,9 milhões. Esses valores podem ser significativamente menores em negociações reais.

“A participação da Embraer no evento reforça o

compromisso da companhia de oferecer soluções sob medida para atender às necessidades da aviação do país, contribuindo para a conectividade regional e para a aviação sustentável no mercado local”, divulgou a fabricante.

O E195-E2, em exibição estática, é um dos jatos com consumo de combustível até 29% menor que a geração anterior. Com capacidade para 132 a 146 passageiros em corredor único, oferece capacidade adequada para o segmento de até 150 assentos.

A família de jatos E2 oferece alta rentabilidade por assento e é certificada para operar com blends de até 50% de combustível de aviação sustentável (SAF), além de já ter comprovado a capacidade de operar com 100% de SAF.

O E175 é reconhecido por seu desempenho e já

compõe parte significativa da frota da Star Air na Índia. Nos Estados Unidos, o modelo lidera o mercado regional, com 80% de participação. Melhorias recentes em aviônica, cabine e serviços a bordo elevaram a experiência do passageiro, alinhando o E175 aos padrões da família E2.

“O programa E Jet da Embraer é um dos mais bem sucedidos da indústria”, afirma Adity Shekhar, vice-presidente regional de vendas da empresa. “A família de E Jets pode ampliar e fortalecer a conectividade entre metrópoles e cidades do interior da Índia, atendendo mercados ainda pouco explorados”, observa o executivo.

A Embraer é a principal fabricante de jatos comerciais com até 150 assentos. Os E Jets e E Jets E2 são operados por mais de 80 companhias aéreas em 50 países, com mais de 1.900

unidades entregues. Hoje, cerca de 50 aeronaves da Embraer, de 11 modelos, operam na Índia, atendendo à Força Aérea Indiana, órgãos governamentais, operadores de aviação executiva e a Star Air. A companhia também propõe o C 390 Millennium para o programa de Aeronaves de Transporte Médio (MTA) da Força Aérea Indiana, em parceria com um conglomerado local no modelo “Made in India”.

Como “Parceira de Inovação em Aviação” da Wings India 2026, a Embraer oferece soluções que impulsionam o crescimento sustentável e a conectividade do país. A família E2, com eficiência e conforto elevados, é adequada para abrir novas rotas e otimizar operações. Clientes e visitantes poderão conhecer o portfólio da Embraer no Estande 9B, Hall B.

AIBODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da AIBodytech Participações S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) no dia 30/01/2026, às 10:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Apreciar e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação, pela Companhia, da subsidiária BT Leblon Fitness Center Academia de Ginástica Ltda (“BT Leblon”); (ii) Ratificar a nomeação e contratação de empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da BT Leblon; (iii) Apreciar e aprovar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da BT Leblon; e (iv) Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma “Zoom”. Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 19/01/2026. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS DO UNION NATIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS E MERCANTIS
CNPJ Nº 07.855.693/0001-43
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
A Root Capital – Gestão de Recursos Ltda. (“Gestora”), na qualidade de Administradora do Union National Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros e Mercantis (“Fundo”), em consonância com o disposto no Item IV do Capítulo Vinte do Regulamento do Fundo e no art. 73 da Resolução CVM nº 175/2022, vem, por meio deste edital, convocar os senhores cotistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas a ser realizada **por meio exclusivamente digital**, no dia 2 (dois) de fevereiro de 2026, às 11:00hs horas, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) deliberar sobre as alterações no regulamento do Fundo para fins de adequação à Resolução CVM nº 175/2022; (ii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo; (iii) caso não seja aprovada a prorrogação do prazo de duração do Fundo conforme o item (ii) acima, deliberar sobre pedido de dispensa do cumprimento do quórum qualificado previsto no Capítulo 20, inciso XV, item (iii) do Regulamento; (iv) deliberar sobre as alterações e a consolidação do Regulamento do Fundo em decorrência das deliberações aprovadas. A Assembleia será realizada de modo **exclusivamente digital**, razão pela qual a participação do cotista somente poderá ser via **Plataforma Digital**, que poderá ser acessada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do art. 77, caput e § 2º da Resolução CVM nº 175/2022, sendo o voto proferido via Plataforma Digital. Os cotistas poderão votar na Assembleia por meio de comunicação escrita ou eletrônica, que deverá ser recebida pela Gestora até o último dia útil anterior à data da referida assembleia, juntamente com os documentos comprobatórios dos poderes de representação dos signatários da comunicação. A comunicação de voto deverá ser encaminhada à Gestora, através do correio eletrônico info@rootcapital.com.br. A documentação completa pertinente às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia encontra-se à disposição dos cotistas que solicitarem através do e-mail info@rootcapital.com.br e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br>). As instruções para acesso à Plataforma Digital, bem como as informações necessárias à participação no conclave constam do documento de Instruções para Participação na Assembleia presente neste Manual para Participação dos Cotistas (“Manual”). Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2026.

BLK INNOVATION LTDA.
CNPJ/MF: 17.215.466/0001-07 - NIRE: 33213428099
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
1. Data, hora e local: aos 30 dias do mês de dezembro de 2025, às 11:00, na sede localizada na Rua do Equador, nº 43, bloco 03, sala 517, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.220-410 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária. **2. Mesa:** Presidente: Ilan Blank, Secretária: Viviane Cristina Ricci. **3. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação ante o comparecimento da totalidade dos sócios, conforme §2º do art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”). **4. Ordem do Dia:** (i) Redução de capital; (ii) Entrada de nova sócia; e (iii) Aprovação da alteração da cláusula de capital social. **5. Deliberação:** (i) Os sócios, decidem por unanimidade a redução do capital social da sociedade, que atualmente é no valor de R\$ 742.200,00 (setecentos e quarenta e dois mil e duzentos reais), dividido em 742.200 (setecentos e quarenta e dois mil e duzentas) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas, e será reduzido para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a redução de 692.200 (seiscentas e noventa e duas mil e duzentas) quotas, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso I, do Código Civil. O valor de R\$ 692.200,00 (Seiscentos e noventa e dois mil e duzentos reais) correspondente à redução do capital será restituído aos sócios, na proporção de suas participações societárias. (ii) Os sócios aprovam a entrada da sócia Viviane Cristina Ricci, brasileira, natural do Rio de Janeiro - RJ, nascida em 14/10/1974, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da CNH 00422803338, expedida pelo DETRAN/RJ em 28/11/2018 e CPF/RFB nº 152.704.628-18, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Rua Rômulo de Almeida, 85, casa 2, Recreio dos Bandeirantes/RJ, CEP: 22.790-713, com isso, o sócio Ilan Blank, transfere para sócia entrante, Viviane Cristina Ricci, 15.000 (quinze mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente do país. (iii) Com as mudanças, os sócios aprovam a alteração da cláusula de capital social, que ficará da seguinte forma: O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do País, ficando assim distribuído:

Sócios	Quotas	Porcentagem	Valor
Ilan Blank	30.000	60%	R\$ 30.000,00
Viviane Cristina Ricci	15.000	30%	R\$ 15.000,00
BlankItConsultoriaemInformáticaLtda.	5.000	10%	R\$ 5.000,00
Total	50.000	100%	R\$ 50.000,00

6. Encerramento e Aprovação: Terminados os trabalhos e inexistindo qualquer outra manifestação dos acionistas presentes, a presente ata foi lida em voz alta, considerada bem refletida quanto às decisões tomadas e unânime e expressamente aprovada por todos os acionistas. Assinam a presente ata: Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2025. Ilan Blank - Presidente; Viviane Cristina Ricci - Secretária; Blank It Consultoria em Informática Ltda. - Ilan Blank.

RIPLEY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 31.258.733/0001-54 / NIRE 332.1059835-0
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - REDUÇÃO DE CAPITAL.
Data/Local: 05 de novembro de 2024, às 10h00min, na sede social da empresa, localizada na Rua Mayrink Veiga nº 11 Sala 703 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.090-050. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação ao amparo no disposto no §2º, do art. 1.072, da Lei nº 10.406/2002, em face da presença de sócios representando a totalidade do capital social. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Júlio Figueira Camelo e Rodrigo Tavares Monteiro de Alvarenga. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões, quatrocentos mil reais), em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, do Código Civil, com a consequente alteração da Cláusula Segunda do Contrato Social da empresa. **DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os sócios por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: a) Aprovar a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões, quatrocentos mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 2.400.000 (dois milhões quatrocentos mil) quotas representativas do capital da Sociedade, com valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada uma, passando o capital da Sociedade de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dividido em 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) quotas, para R\$ 100.000 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma; a.1) O montante de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), correspondente ao valor da redução de capital, será pago aos quotistas da Sociedade, de acordo com suas participações no capital social, até a data limite de 31 de dezembro de 2024; a.2) Em razão da redução do capital social ora aprovada, fica alterado a Cláusula Segunda do Contrato Social, que passa a vigorar com as alterações deliberadas na presente Reunião, passando o Capital Social subscrito, totalmente integralizado, para o montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), dividido em 100.000 (Cem mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma; b) consignar que as deliberações aprovadas no item “a” acima somente torna-se-ão eficazes após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias para a oposição dos credores quirografários, contados da data de publicação da presente ata, nos termos do art. 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil, desde que (1) não haja oposição de qualquer credor; ou (2) caso haja oposição de credores, a Sociedade comprove o pagamento da dívida ou o depósito judicial do respectivo valor; e c) autorizar o administrador da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos sócios da Sociedade. **ENCERRAMENTO:** Não tendo sido apresentadas outras matérias à reunião e não tendo havido dissidências e protestos, a reunião foi declarada encerrada, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada na íntegra, à unanimidade, é assinada pela mesa diretiva dos trabalhos e pelos sócios presentes, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis. **DECLARAÇÃO:** Os membros declaram que uma via desta ata, digitada e impressa eletronicamente, apenas em seu inverso, compõe o “Livro de Atas de Reuniões de Sócios” nº 1, desta sociedade. **ASSINATURAS:** Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2024. Júlio Figueira Camelo - Sócio cotista. Rodrigo Tavares Monteiro de Alvarenga - Sócio cotista.